

# **Globalização, Domínio e Sociedade de Risco**

Alexandre Varela

ACTAE – Centro Interdisciplinar de Estudos Políticos e Sociais - Universidade de Évora

## I. DA AMBIVALÊNCIA DA CIÊNCIA E DO DOMÍNIO CULTURAL

### *Tecno-Economia como Ideologia de Dominação*

O desenvolvimento técnico moderno, enquadrado pela ciência e promovido pelo tipo de racionalidade *cognitivo-instrumental*<sup>1</sup>, municiou o homem<sup>2</sup> com capacidades de modificar o mundo e o outro, de potencial dificilmente imaginável há um par de séculos atrás. Essas capacidades vão desde a potenciação do poderio destrutivo até à consolidação progressiva da esperança de vida à nascença em muitos países, ou simplesmente, à satisfação das necessidades mais básicas, milenarmente sonhadas. Em rigor, trata-se de um desenvolvimento de capacidades capazes de proporcionar sistemas sociais mais justos e prósperos, desiderato esse, que desde sempre tem acompanhado inexoravelmente todos aqueles que têm manifestado o seu inconformismo, fantasiando mundos alternativos<sup>3</sup>.

Trata-se, portanto, de um desenvolvimento tecnológico cujo ritmo exponencial é inaudito mas cuja aplicabilidade pelos homens é objecto de enorme *ambivalência*, isto é, a tecno-ciência não é um sujeito cuja ontologia e moral lhe permitam fazer juízos, tomar decisões, actuar segundo uma vontade própria: essa é a condição humana, não a condição de um objecto, de um instrumento concebido pelo homem. Por isso, a bondade ou maldade da tecno-ciência é atribuída pelo ser humano e não por si própria.

Mas entretanto, com este progresso tecnológico (cujo epicentro se situa no ocidente desenvolvido durante a evolução industrial, como se sabe) dá-se uma proliferação gradual da ciência a diversos campos dos saberes e «fazer»s, não só nas ciências naturais como nas

---

<sup>1</sup> Esta classificação é aqui utilizada de acordo com os três tipos de racionalidade defendidos por Weber, sendo que o sentido com que é empregue resulta da análise à modernidade elaborada por Boaventura Sousa Santos: distingue dois pilares de conhecimento, regulação e emancipação e sugere que durante a modernidade ocorreu uma colonização do conhecimento emancipação pelo conhecimento regulação. No interior do pilar da regulação, sobrepôs-se o princípio de mercado aos princípios de Estado e comunidade (com enorme prejuízo para o último). Dentro do pilar da emancipação, vingou a lógica da racionalidade instrumental em detrimento das restantes – estético-expressiva e moral-prática.

<sup>2</sup> Por nos referirmos preferencialmente ao homem ocidental, não é considerado aqui o conceito de Homem enquanto categoria universal.

<sup>3</sup> Vejam-se as utopias que desde Platão, Santo Agostinho, Campanella, Morus, Cabet, Fouret entre outros se debateram numa simetria criada pelo espírito para dar resposta ou sugerir alternativas aos males das sociedades. Em contrapartida, convém não esquecer as distopias de George Orwell ou Aldous Huxley, por exemplo, alertando seguramente para o devir que as «suas» sociedades se preparariam para conhecer.

ciências sociais e humanas – emparelhada pelo complexo normativo que favorece a consolidação da democracia e economia liberais, operado pelo direito – repercutiu-se num predomínio da racionalidade cognitivo-instrumental no *pilar da emancipação*, canalizando por sua vez as esperanças emancipatórias para a ciência e a técnica, que triunfantes se configuram como um poderoso instrumento de dominação. Em paralelo, o princípio de mercado formulado por Adam Smith foi sendo informalmente investido de enorme dimensão reguladora, a qual na sua imensa ubiquidade, se assumiu como o parceiro ideal para acompanhar o par tecno-científico.

A ciência e a tecnologia converteram-se naturalmente em força produtiva e os critérios científicos por que se pautam depressa iniciaram um processo transversal de colonização sobre os outros princípios emancipatórios<sup>4</sup>.

Neste sentido, a previsão positiva – e exigida – dos resultados<sup>5</sup>, operada pela mão da ciência, foi fundamental para o capitalismo, para o escoamento de produtos e criação de novas necessidades. Essa previsão cria as condições que vão favorecer os três factores enumerados, nomeadamente ao determinar a direcção, as funções e a velocidade do progresso técnico. Assim, os interesses da sociedade consumista, orientados para a satisfação das necessidades —naturais e artificiais— estabelecem as condições para a reprodução do sistema, através do crescimento interdependente do par constituído por ciência e crescimento económico.

Em suma, ao encontrar na técnica e na ciência aliados com vista a cumprir a promessa liberal de melhores condições de vida, no que concerne à emancipação (e à própria regulação), o projecto moderno compensou os seus défices emancipatórios com a melhoria das condições materiais de existência. O ideal da felicidade, prognosticado pela ideologia liberal, encontra por isso no sistema de gratificações materiais o seu principal reduto e o expoente máximo desta ideia são os Estados saídos do pós-guerra e/ou aqueles que conseguiram chamar a si a responsabilidade e capacidade de assegurar prosperidade e redistribuição de recursos.

O principal indicador desta circunstância não deixa grandes dúvidas, a julgar pela nova capacidade de redistribuição dos recursos que os Estados saídos do pós-guerra, em

---

<sup>4</sup> Cf. Santos, 2000.

<sup>5</sup> Tipo de abordagem característico das ciências naturais, o qual, sem embargo se estendeu às demais ciências. Como veremos, a ciência não só promoveu uma melhoria quantitativa e qualitativa na vida humana, como em virtude do método construtivo em que assenta a tornou em alguns casos incapaz de solucionar problemas criados pela própria ciência.

virtude do acréscimo produtivo que empreenderam sem precedentes, nos anos que se seguiram à miséria e escassez.

Ampliando a comodidade da vida através da satisfação de necessidades – artificiais e exogenamente sugeridas – mediante a crescente produtividade, o homem sujeita-se ao progresso do aparelho técnico-económico, e com esta sujeição revela a sua crescente incapacidade para se determinar, a não ser na técnica e pela técnica – o homem ganha a sua “luta” contra a natureza e à sua semelhança, é objecto de dominação. A “auto-determinação” existente é portanto uma auto-determinação *prescrita* no quadro económico, legal e social vigente, tornando-se como algo dado, sugerido e não conquistado.

Neste enquadramento, a produtividade e a tecnologia convertem-se por estas e outras razões num poderoso instrumento de poder implícito<sup>6</sup> e conseqüentemente de dominação, uma vez que permitem alcançar as condições necessárias para a criação e «imposição» de novas necessidades para além das primárias (as quais se definem justamente pelo seu carácter mais instintivo-fisiológico). As necessidades passam a ser definidas por um todo necessariamente exógeno ao indivíduo, tendendo à gestão da manutenção do actual sistema, o qual assenta em grande medida na contínua produtividade (de bens, serviços ou capitais) e na necessidade de alargar os mercados para consumo. Nesse caso, aos homens não restam outras que não as alternativas prescritas pelo próprio sistema. Esta ideia ganha maior dimensão no caso de democracias consolidadas, as quais devem essa consolidação sobretudo à estabilidade económica, que favorece por sua vez, as condições necessárias à estabilidade política: colocar em causa esta ordem de coisas, significa questionar a ordem que permitiu alcançar todo este bem-estar, ainda que o mesmo tanto dependa do progresso económico, quanto do desenvolvimento de técnicas e canais de eficiente sobreposição, aplicados de um modo geral, sobre o «hospedeiro» hemisfério sul.

O desaparecimento do espírito crítico e da incapacidade dos homens se auto-determinarem fazem da sociedade um espaço tendencialmente fechado, no qual qualquer alternativa semi-estrutural é susceptível de fazer perigar a estabilidade adquirida, daí o perigo que constituem para o ocidente «democrático», os sistemas político-económicos não «aculturados». Quanto a esta questão, a China tem vindo a proceder gradualmente à sua integração na economia global, fazendo suspirar de alívio todo o esse mundo ocidental. O discurso dominante é deste modo a expressão de uma única ideologia – o progresso económico, regulado pelo princípio de mercado – que legitima as sociedades e a ordem em

---

<sup>6</sup> Cf. Galbraith, J. K. (1983: s/d): *Anatomia do Poder*, 2.<sup>a</sup> ed., Lisboa, Difel.

que se inscrevem, angariando novos sócios, isto é, novos mercados num mundo em processo de «interdependência assimétrica», sobretudo no plano económico.

Extingue-se, pela via do tão ambicionado progresso, a cultura bidimensional para dar lugar a um tipo de pensamento *unidimensional*<sup>7</sup>, o qual, à semelhança da redução das lógicas emancipatórias da modernidade «encasta» os indivíduos num sistema organizacional, fundado em sólidos alicerces. Paradoxalmente, os homens são incapazes de se auto-determinar, apesar de perpetuarem a dominação sobre a natureza e sobre si próprios. Por estas razões, e em virtude da socialização e do condicionamento implícito promovido pela reprodução das representações que as sociedades delas fazem, os indivíduos poderão revelar alguma previsibilidade em tender a aceitar passivamente a realidade existente<sup>8</sup>.

#### *Factores de Reprodução da Dominação*

É numa conjuntura de escassez e reconstrução que surge no pós-guerra o *Welfare State* (no ocidente desenvolvido), resultante da necessidade de, por um lado, regular os mercados entretanto à «deriva»<sup>9</sup>, e por outro, seguindo uma lógica de protecção social, assegurar aos cidadãos a redistribuição de segurança e comodidade. Esta redistribuição só pôde ser possível com o incremento produtivo, inicialmente induzido pelo esforço de guerra e posteriormente pelo esforço de «reconstrução» material e social – dois tipos de esforço que mais não são do que duas faces da mesma moeda, ou seja, um deriva do outro.

Com o *Estado Providência*, produtividade e políticas sociais interpenetram-se: se a crescente produtividade permite satisfazer as necessidades básicas, a regulação política operada «liberta» os homens, integrando-os eficazmente no sistema laboral<sup>10</sup>, afinal o

---

<sup>7</sup> Cf. Marcuse, 1964/1979.

<sup>8</sup> Tanto a socialização primária —através dos quadros de referência familiares que são produto do imaginário colectivo transmitido pela história, costumes, tradições— como a socialização secundária— através da escola (e posteriormente no mundo do trabalho) que legitima e impõe as orientações globais de uma sociedade— trabalham para criar pré-disposições homogéneas nas crianças, inclinando-as a ver e sentir as coisas de modo semelhante. Ainda assim, a instrumentalização da socialização não é obra de um indivíduo ou de uma organização em particular. Antes liga-se a um processo que lhe é simultaneamente paralelo e transcendente, e que se deduz das significações do imaginário social criado pela sociedade. Este processo, designa-o Castoriadis *poder instituidor*, poder que “nunca é plenamente explicitável; exerce-se, por exemplo, pelo facto de qualquer recém-nascido ter de se sujeitar, mediante a sua socialização, à imposição de uma linguagem (...). Podemos vê-lo ao constatar, em primeiro lugar, que qualquer sociedade deve conservar-se, preservar-se, defender-se” (Castoriadis, 1998: 184).

<sup>9</sup> Esta época que vai até ao pós-guerra é classificada por alguns como a fase do «capitalismo desorganizado».

<sup>10</sup> Apesar disso, dão-se, desde os primórdios da era industrial – com especial atenção para o pós-guerra – inúmeras conquistas: generalizam-se as férias pagas em muitos dos países ocidentais, verificam-se importantes reformas na segurança social e saúde, alargamento da educação a toda a sociedade, diminuição

principal garante do reconhecido nível de vida individual que se foi alcançando nas sociedades industriais modernas. Operam-se por conseguinte, conquistas de verdadeiro mutualismo: entre sociedade civil (generalização de direitos políticos e cívicos), complexo tecno-científico e sistema de mercado.

A esta ordem das coisas, reprodutoras de um sistema, é adicionada a ideia de um *Poder Instituidor*<sup>11</sup>, presente ao nível da socialização e reprodução dos referenciais de uma sociedade.

Paralelamente, os mercados vão crescendo e com eles a «interdependência assimétrica» (não é uma relação entre Estados que possa ser considerada linear), funcionando como reprodução e alargamento dos mercados, os quais parecem seguir uma lógica pouco coincidente com a regulação própria dos Estados. Esta des-regulação parece ter dois níveis perfeitamente identificáveis e associados a duas esferas:

- a. Do lado da esfera privada, verifica-se que as grandes empresas multinacionais ganham maior relevo, sobretudo ao nível da influência sobre os Estados: as deslocalizações são disso exemplo como o são os programas de incentivos fiscais cujo objectivo será a atracção de investimento. Os denominadores comuns são a produtividade e a garantia de emprego, os quais se traduzem em acréscimo de receitas fiscais e aumento do consumo. A força para um Estado resistir a estas empresas é normalmente inversamente proporcional à sua dinâmica e poderio económicos.
- b. Na esfera pública, é sentida a crescente desregulação do papel dos Estados no plano internacional. Com efeito, existem cada vez mais entidades supra-nacionais que orientam e sugerem as políticas nacionais – a União Europeia, o «Clube» dos 8 mais industrializados, a OMC, o FMI – que tendem a esvaziar o processo de decisão nacional, em particular que se refere à política externa.

Assim sendo, nestes moldes de progresso (material e social, com a conquista de direitos políticos e cívicos) e de ilimitada confiança «ocidentalocêntrica», confia-nos Herbert Marcuse que a consciência é feliz, coisifica-se ao nível da quantificação das coisas (bens e serviços) e a aceitação da inibição da liberdade e autonomia face à crescente integração legitima-se na racionalidade que norteia o sistema, aceitando passivamente as

---

da carga horária semanal, etc. Contudo se este processo tem lugar em virtude dos movimentos sociais e dos moldes em que é configurada a contribuição fiscal (quando sistematizada pelo aparelho burocrático do Estado), não é menos verdade que só a ocupação profissional permite aceder a este tipo de regalias, sem esquecer que o mundo do trabalho é orientado pelo princípio de produtividade. Os sistemas, tal como estão montados, não prevêem que alguém consiga sobreviver a não ser no mundo do trabalho.

<sup>11</sup> Cf. Castoriadis, 1988, 184.

formas de felicidade, igualdade e liberdade postas em circulação na sociedade e pela sociedade heterónoma. Se os homens alcançaram este estágio de desenvolvimento material em que a questão da sobrevivência parece ter sido ultrapassada, é como se o futuro da Humanidade fosse inaceitável sem conhecimento de tipo científico; é como se a ciência, qual religião, acantonasse os indivíduos na sua órbita, prescrevendo o seu mundo e obliterasse qualquer interpretação processual e crítica do mesmo, a qual encerraria desde logo o natural curso da história.

O mundo *unidimensional* caracteriza portanto a dimensão humana de adaptação, processada de forma heterónoma à realidade dada, esvaziando-a da interpretação crítica: a verdade legitima-se dogmaticamente no método científico e por ele é construída.

## II. DA DISTRIBUIÇÃO REFLEXIVA DOS RISCOS

### *Mudanças Estruturais*

Quando reportadas ao campo do mercado, ciência e tecnologia criam as condições materiais – resultantes do jogo entre produtividade, escoamento de produtos e criação de novas necessidades de consumo em novos ou velhos mercados – que sustentaram no plano político o *Welfare State*. Contudo, as consequências do acréscimo de produtividade e consumo implicam mudanças estruturais na organização social, a qual se torna cada vez mais reflexiva, isto é, à relação de dominação sobre a natureza (para lá de uma inicial relação de adaptação), as sociedades ocidentais contemporâneas acrescentam uma relação de reflexividade consigo próprias.

Em segundo lugar, essas mudanças estruturais afectaram a relação jurídico-económica entre os povos, com o incremento globalizante: a escala tende a aumentar e a extravasar os limites – económicos e jurídicos – nacionais. Note-se o caso da deslocalização de empresas em busca de mercados mais apetecíveis do ponto de vista do escoamento dos produtos e da diminuição dos custos de produção. Veja-se igualmente a crescente sobreposição legislativa da União Europeia às normas nacionais, que de resto as aprovam legalmente através da ratificação dos tratados internacionais.

É nesta linha de pensamento que Ulrich Beck defende que o paradigma moderno terá sofrido alterações estruturais, resultantes das consequências experimentadas com o decorrer da real incapacidade científica em prever e calcular todos os seus *output's*, em controlar o seu acontecimento aleatório, o acaso e o uso que o homem faz de tal instrumento. A modernidade tradicional dá assim lugar àquilo que ele denomina *Modernidade Reflexiva*, no decurso da qual as preocupações emergentes têm a sua génese na resolução de problemas e situações de risco<sup>12</sup> criados pelo próprio homem, ou seja, as sociedades modernas estão mais expostas a riscos provenientes da sua própria acção.

A *Modernidade Reflexiva*<sup>13</sup> caracteriza assim o “volte-face” das relações do homem com a natureza e com ele próprio, isto é, a dominação é agora confrontada com os *input's* da sua própria acção, é confrontada com os seus reflexos e já não tanto com a relação *ab origine* com a natureza (quer seja adaptativa ou dominante)<sup>14</sup>.

Alcançadas algumas das derradeiras conquistas sobre o meio natural, a relação unívoca de domínio entre cultura e natureza parece conhecer uma alteração com a modernidade reflexiva, que se consubstancia numa relação doravante biunívoca, ou seja, reflexiva.

---

<sup>12</sup> A propósito do conceito de risco, Ulrich Beck define-o pela probabilidade de ocorrerem danos físicos, resultantes de processos tecnológicos ou outros (Beck, 2002: 4). Os riscos seguem portanto uma lógica que pode resultar da seguinte afirmação: “*systematic way of dealing with hazards and insecurities induced and introduced by modernization itself*” (Beck, 2002: 21), pelo que o conceito de risco é entendido no quadro da probabilidade com que um determinado fenómeno possa degenerar em problemas reais. Os riscos aqui entendidos configuram-se como consequências da modernidade, politicamente reflexiva.

<sup>13</sup> cf. Beck, 1988, Cap. 1.

<sup>14</sup> Note-se como os riscos – não são exclusivos da modernidade reflexiva – característicos de outros paradigmas históricos, como por exemplo a contaminação da peste, sempre encontraram no Homem o seu portador de eleição. O mesmo se passa com os riscos resultantes de uma guerra ou de um simples acidente de viação. Só muito excepcionalmente a natureza era entendida como a fonte de problemas e nesses casos é entendida como produtora de catástrofes naturais e não de riscos. O que se passa, é que a essa ideia de a cultura ser produtora de riscos e sua portadora, é adicionada a ideia da natureza como veículo de transmissão mas também como produtora de riscos, induzidos pela acção dos homens.

Nesse caso, a modernidade reflexiva torna claro que é agora altura de a natureza e as sociedades «devolverem» sob a forma de riscos e potenciais problemas, aquilo que a cultura lhes deu. O sistema deixa de estar centrado na sociedade e passa a estar localizado no binómio sociedade-natureza. A nova reflexividade que caracteriza as sociedades modernas contemporâneas é norteada pelas seguintes teses, que não deixam de estar intimamente ligadas.

### *Características da Modernidade Reflexiva*

#### *1. Perda de Controlo Sobre a Produção e Distribuição dos Riscos*

Em primeiro lugar, verifica-se que estas sociedades são trespassadas por uma mutação, na qual a lógica «inócua» de produção e distribuição de riqueza característica da modernidade – controlando aparentemente a produção de riscos através do complexo tecno-científico – dá lugar ao inverso: os riscos deduzidos do bem-estar acumulado, escapam hoje às rédeas da ciência, o qual começa a ser melindrado pela imensa e reconhecida produção de riscos (em quantidades industriais), como se de uma carruagem desgovernada se tratasse.

#### *2. Distribuição Igualitária dos Riscos*

O tipo de riscos característicos desta nova fase da modernidade apresenta duas peculiaridades importantes. De um lado são sobretudo considerados os riscos industriais, isto é, produzidos a uma escala e potencial destrutivo avassaladores. Por outro lado e em virtude do raio de acção alargado, a sua distribuição é igualitária, atingindo de igual modo países, cidadãos, patrimónios, ou seja, são riscos incontrolláveis do ponto de vista da sua propagação.

#### *3. Internacionalização dos Riscos em Virtude da Globalização*

Ganha corpo a ideia que as fontes de produção de segurança material passam a ser ensombradas por ameaças paralelas que adquirem agora diferentes contornos. De um lado, os riscos apresentam um espectro de actuação transnacional, isto é, as delimitações territoriais ou culturais de nada valem contra riscos provenientes da fissão nuclear<sup>15</sup>, ou do

---

<sup>15</sup> As bombas de Hiroshima e Nagasaki deram início ao processo pela via militar, no entanto os efeitos devastadores da mancha radioactiva de Chernobyl, que em algumas semanas atingiu a França, já são resultantes da produção de energia nuclear para fins não exclusivamente militares.

recuo dos pulmões mundiais na floresta amazónica e floresta boreal. De outro lado, se os problemas eram anteriormente conotados com insuficiências de ordem tecnológica, higiénica ou alimentar, hoje, em virtude do *boom* demográfico e alargamento dos mercados, os problemas poderão actualmente advir da sobreprodução de riscos e do desconhecimento que envolvem, sendo talvez a ameaça do sobreaquecimento do planeta o expoente máximo desta ideia.

Por conseguinte, na sociedade de risco, a incerteza e desconhecimento quanto às consequências emergentes do saber técnico-científico e do seu uso, ameaça constituir-se como uma força dominante na história e sociedade, um factor estruturante do pensamento, ao perder alguma confiança no conhecimento científico ou na utilização que dele se faz: a crença inabalável na razão humana dá assim lugar à dúvida, à perplexidade mas por outro lado também pode motivar o ressurgimento da teoria crítica e da bidimensionalidade.

Com o reconhecimento dos riscos e dos problemas que estes comportam – aspecto paradoxal e demonstrativo da ambivalência da tecno-ciência, uma vez que também contribui para demonstrar a sua própria reflexividade – é inaugurada uma nova fase da modernidade e com ela a exigência da *desmonopolização da ciência* enquanto força dominante e deslocalização do conhecimento. Esta é uma das consequências da sociedade de risco, como de resto veremos de seguida. As outras são o *efeito boomerang* que tende a aniquilar a estratificação social como era concebida até aqui e o *alargamento da política* como reacção, como remedeio, embora sem claras posições preventivas, como a anunciada morte do Protocolo de Quioto o evidencia.

#### a) *Efeito Boomerang e Diluição da Segmentação Social*

Apesar de ser tradicionalmente a distribuição de riscos uma distribuição assimétrica<sup>16</sup>, atingindo primeiro *grosso modo* os mais desfavorecidos e os menos poderosos,

---

<sup>16</sup> Alguma da distribuição de riscos não é novidade, acontece que a originalidade desta nova distribuição parece encontrar-se no facto de ameaçar tanto as culturas dominantes como as dominadas. Por conseguinte, a nova distribuição dos riscos, surgindo como consequência da acção humana, tem a capacidade de todos atingir, sem olhar a distinções de classe, género ou etnia, sobretudo no nível de potencial destrutivo maior. Claro que a uma escala bastante reduzida, comparativamente, qualquer campo de batalha do século XIX via-se pejado de corpos destroçados pela artilharia, fossem corpos de soldados ou oficiais. Nesse caso, trata-se sobretudo de um problema de escala, cuja causa encontramos na acção humana.

actualmente essa distribuição tende a conhecer transformações, nomeadamente mercê de um efeito *boomerang* de matriz expansiva transnacional, o qual é susceptível de atingir todos sem atender às tradicionais barreiras de classe, fronteiras territoriais ou sequer uma predisposição natural ao risco.

Como consequência desta incerteza, estratificação e estruturação da ordem social podem vir a perder o seu carácter tradicional<sup>17</sup>, e pela forma como as sociedades são de igual modo permeáveis aos riscos, a divisão tradicional da sociedade em classes tenderá a diluir-se numa massa homogénea de pessoas igualmente expostas aos riscos: o ataque terrorista de 11 de Março em Madrid não escolheu vítimas<sup>18</sup>, tal como não o escolhe o rebentamento de uma central nuclear ou aquecimento global do planeta. A ideia de uma igual exposição aos riscos ganha por isso visibilidade, assumindo-se como um mínimo denominador comum das sociedades contemporâneas, ao passo que neste quadrante (e talvez só neste) as assimetrias entre os dois hemisférios tendem a diluir-se.

Ora, uma das grandes preocupações do *Welfare State* foi a distribuição equitativa de bem-estar e segurança, afectando a estratificação social mas sem a alterar estruturalmente, isto é, a distribuição de recursos continuou a ser desigual não ameaçando a estrutura de classes. Durante a modernidade reflexiva, porém, a concentração de riqueza continua a ser um fenómeno característico do topo piramidal embora a distribuição que seguem os riscos só numa primeira fase se configurar de modo semelhante – e neste sentido, inverso – à distribuição de riqueza, acumulando-se na base da pirâmide. Neste sentido, os riscos começam por agravar as assimetrias<sup>19</sup> mas ameaçam no longo termo a estrutura de classes.

Neste sentido, o fenómeno aglutinador *boomerang* tende a afectar igualmente as desiguais posições de classes, em virtude do carácter globalizante dos riscos e da sua nova

---

<sup>17</sup> Os últimos cinquenta anos foram fecundos nas transformações estruturais da instituição familiar ocidental, desde o aumento dos celibatários, retardamento da idade de casamento, com consequências claras no plano demográfico: diminuição da fertilidade e não substituição geracional. A hiper-complexidade das sociedades a um ritmo alucinante, e as exigências laborais parecem ser factores – entre outros – que estão na base daquelas transformações.

<sup>18</sup> Na verdade, o «novo» terrorismo (motivado por questões político-religiosas, como o protagonizado pelos fundamentalismos islâmicos ou pela seita Aum Shinrikyo no metropolitano de Tóquio em 1995) parece seguir hoje uma tendência massiva e indiscriminada quanto aos meios, os quais não escolhem a qualidade das vítimas. O tipo de instrumentos utilizados também se começa a distanciar dos meios convencionais.

<sup>19</sup> A capacidade de fazer frente aos riscos que enfrentam actualmente as sociedades, é desigualmente distribuída e reflecte-se em factores aparentemente negligenciáveis tais como a escolha de casa, alimentação ou educação. Porém, a título exemplificativo, note-se como as massas têm cada vez mais o seu próprio mercado alimentar, homogeneizado e geneticamente modificado para fazer frente às insuficiências globais, e cuja tendência será o alargamento de forma igual às desiguais posições sociais. Note-se também como são as exigências do mercado e não a (in)capacidade de produção agrícola mundial que favoreceram as condições para que se faça investigação e comercialização de alimentos geneticamente modificados, reportando-nos imediatamente para o trauma europeu e norte americano de ser preferível não produzir a ter que lidar com o excedente produtivo, aumentando custos de produção.

essência, isto é, são configurados sob a ideia de *efeitos colaterais* que tanto podem resultar da agricultura mega-intensiva que provoca a erosão e declínio da fertilidade dos solos, da comercialização de alimentos transgênicos não controlados como da proliferação de armas de destruição maciça. A circulação da ameaça é generalizável e debaixo do imenso guarda-chuva dos riscos, vítima e prevaricador tornam-se idênticos na exposição aos mesmos.

Em suma, se a distribuição de riqueza é desigual, já a distribuição de riscos o não é.

*b) Reação Cívica e Política*<sup>20</sup>

A transformação gradual da esfera de intervenção política e cívica tem passado pelo alargamento da política a assuntos que até aqui não integravam estruturalmente a agenda política.

- a) Em primeiro lugar, é a questão clara das desigualdades sociais na sociedade de classes (para além de toda a reconstrução material no pós-guerra) que dá significado e ímpeto à expansão do *Welfare State* como iniciador da regulação dos mercados. Portanto, este modelo político-económico surge em grande medida como instrumento de suavização das desigualdades naturais e sociais. Convém salientar que é neste quadro que se dão as derradeiras conquistas – em determinados países – nos direitos humanos, políticos e sociais.
- b) Em segundo lugar, é o progresso tecnológico (ao nível da materialização do conforto) que sustenta materialmente aquela ideia. Por conseguinte, o sucesso do *Welfare State* e inovação tecnológica permitem, respectivamente, uma nova cultura política fora do sistema tradicional<sup>21</sup> de participação (cultura cívica) e uma capacidade de intervir que se posiciona num lugar híbrido entre o político e o não-político, alcançado pelo aumento do potencial de mudança e ameaças que entretanto se fazem sentir.

---

<sup>20</sup> Este é o salto qualitativo esperado do alargamento da participação política e cívica, do aumento dos níveis de instrução, do aumento do número de regimes democráticos e cujas consequências têm em vista o reequilíbrio exigido pelos princípios de Estado e comunidade no pilar da regulação.

<sup>21</sup> Neste sentido, a relativa perda de poder político pelos Estados, causada por um novo tipo de participação política (fruto de direitos alcançados dentro do sistema, aumento do acesso à informação através dos média e do acesso ao sistema escolar), é um produto da estabilidade democrática e do *Welfare State*, no qual os cidadãos têm capacidade de utilizar diversos instrumentos em ordem à prossecução dos seus interesses.

c) *Exigência de Desmistificação do Conhecimento Científico*<sup>22</sup>

Os riscos na sociedade reflexiva são diversos e imprevisíveis, ou seja, começa-se a admitir a incapacidade da ciência em os prever totalmente. O reconhecimento da imprevisibilidade tem que ver com o reconhecimento<sup>23</sup> da forma como se encontra configurado o método científico positivo, cujas interpretações causais consideram o conhecimento dos riscos somente num dado quadro analítico construído, excluindo desse patamar as hipóteses que a imaginação científica não equacionou<sup>24</sup>, excessivamente associada ao determinismo causal.

Daqui resultam características extremamente importantes: por serem irreconhecíveis, os riscos degeneram em males irreversíveis pois não foram definidos antídotos, mantendo-se invisíveis, como o caso da poluição ambiental ou das poeiras radioactivas, ignorados durante décadas e ainda assim o conhecimento sobre estes factores anda longe de se esgotar. Esta ideia faz das nossas sociedades uma espécie de «corporação de bombeiros» em permanente alerta, sem deter informação concreta sobre o inimigo à espreita e por conseguinte, sem o poder prevenir.

Contudo, não deixando de ser um *médium* fundamental na definição dos riscos, a ciência é encarada como a solução para os mesmos, agora numa perspectiva reflexiva: é confrontada com o seu presente e passado, com o reflexo da sua acção, defeitos, imprevistos e efeitos secundários.

O reconhecimento dos riscos conduz a ciência à auto-reflexão e em simultâneo, leva a sociedade civil pretensamente mais informada que outrora a empreender um processo de desmistificação da ciência, nomeadamente na esfera pública através da crítica da ciência e do progresso, do questionamento dos seus métodos e das consequências da sua acção. Em consequência surge uma exigência crescente de desmonopolização do

---

<sup>22</sup> Com esta exigência parece ser reequilibrada a relação de colonização entre os três tipos de racionalidade, com o «ressurgimento» das racionalidades moral-prática e estético-expressiva.

<sup>23</sup> Reconhecimento este proporcionado em parte pela crítica científica e pela crescente intervenção pública, em grande parte denunciada no âmbito da sociedade de informação e pela comunicação social.

<sup>24</sup> O problema não está tanto na causalidade (sobretudo nas ciências ditas exactas), está sim no determinismo, sobretudo quando hoje se reconhece a multicausalidade e a necessidade pluridisciplinar em observar um determinado objecto. É ao admitir uma explicação com um grau de certeza de 100% que surgem os problemas, portanto ao nível da aceitação verosímil dessa proposição. Na verdade, ainda hoje está por apurar qual a dimensão do impacto dos elementos geneticamente modificados e todos os efeitos secundários que um dado medicamento implica. No entanto a sua comercialização é feita ao arripio dessa informação, denunciando a lógica do mercado que se lhe sobrepõe. A este respeito, a União Europeia acaba de aprovar a comercialização de um género de milho transgénico, do qual só é conhecido aquilo que se quis conhecer...

conhecimento científico que apela à redefinição da ciência<sup>25</sup> e à interpenetração com outras metodologias epistemológicas alternativas<sup>26</sup>.

### Conclusões

Tendo em conta todas as transformações por que passaram as sociedades, o *homem unidimensional* marcuseano parece reflectir o contexto histórico do *Welfare State* e o «adormecimento» causado pela sociedade de «bem-estar», sobretudo na década de 80, uma época prodigiosa no que respeita à massificação de bens e serviços mais ou menos fundamentais. Por seu turno, os actuais processos de globalização, tal como se nos revelam, tendem a restituir a cultura crítica bidimensional que o pessimista Marcuse julgaria irremediavelmente aniquilada. Para isso, concorrem factores como a difusão razoavelmente incontrolada da informação (de que a Internet é o seu máximo expoente), a interacção cultural resultante de um processo multicultural que se afirma não só pelos contactos culturais resultantes dos processos migratórios como por uma crescente curiosidade cultural, ou o alargamento da capacidade de participação cívica dos povos (não obstante as crescentes taxas de abstenção eleitoral, seja em regimes democráticos consolidados ou recentes, a participação cívica tem crescido nas últimas décadas).

Na verdade, as concepções dogmáticas da tecno-ciência dão lugar a atitudes de cepticismo, dadas as consequências imprevistas e incontroladas, evidenciadas pela acção que os homens fizeram de um instrumento como a ciência. Afinal a ciência tem fragilidades, que sem embargo, reflectem tão somente as fraquezas humanas, incapazes de lidar com instrumentos de matriz tão ambivalente e incapazes de lidar no plano ético-moral consigo mesmas. É portanto a sociedade reflexiva e a nova consciência acerca dos riscos produzidos que altera os moldes da dominação engendrada pela sociedade sobre os homens, precisamente pela via da emancipação intelectual e a recuperação da auto-reflexão.

A ambivalência dos resultados científicos tem portanto reflexos nas sociedades e uma nova consciência emerge com o intuito de reparar os danos causados pela cultura a si própria e à natureza. Emerge no plano político com o alargamento a esferas tradicionalmente afastadas deste domínio, emerge também ao nível da redefinição do papel

---

<sup>25</sup> A ciência é cada vez mais necessária mas por si só, manifestamente insuficiente para a definição social da verdade. Mas para isso são renovados os apelos à redefinição metodológica da ciência (cf. Beck, 2002: 155-157).

<sup>26</sup> Uma das acusações que têm sido feitas à ciência, relativamente ao debate em torno da questão ambiental, é o facto de não ter em conta variáveis do âmbito social, cultural ou político.

e metodologia da ciência, enquanto um *efeito Boomerang* homogeneiza as estruturas de classes. No fundo, em virtude de a distribuição de riscos romper com as assimetrias, as posições que os indivíduos ocupam nas sociedades vão sofrer profundas alterações com a diluição de toda a estrutura de classes, a qual só num primeiro nível poderá ser «reconhecida e respeitada» pelos riscos. A um nível superior, o que diz respeito a grandes catástrofes causadas pela mão humana, a estrutura de classes não terá certamente nenhum significado.

Paralelamente, o re-conhecimento da ameaça constituída pela acção humana, ganha actualmente uma expressão política sem precedentes, com o objectivo de reduzir as causas de riscos inerentes ao próprio processo de industrialização. A consequência é o aumento da regulação, reequilibrada pelos princípios de Estado (*Welfare State* e adaptação dos sistemas políticos) e Comunidade (cultura cívica e recuperação do conhecimento crítico), sendo o pilar da emancipação beneficiado pela exigência de reequilíbrio através dos restantes tipos de racionalidade weberiana, tal como o projecto liberal idealizara. Assim sendo, paradoxalmente, o reequilíbrio regulativo e emancipatório apela para uma recondução do projecto moderno, matizada por circunstâncias diversas das que estiveram na origem dos ideais liberais.

O novo posicionamento social, operado com a crescente influência da esfera pública, conduz a uma reorganização do poder e autoridade e aqui reside uma das principais consequências da consciencialização dos riscos em que as sociedades contemporâneas incorrem (mesmo as que não contribuíram directamente para esta transição paradigmática). Este processo surge como resposta do sistema político às exigências «civis», assume-se como resultado da reflexividade política, alterando profundamente a própria arena política, politizando enfim a sociedade.

O alargamento dos assuntos políticos tradicionais a estas novas esferas, também elas tradicionalmente apolíticas, como a preocupação com a eliminação das causas que estão na origem dos riscos, é portanto consequência da emergente *Modernidade Reflexiva*<sup>27</sup>, encontrando no impacto estrondoso da imagem – e da sua sobreposição sobre o conceito – e das novas TIC, um poderoso aliado.

Estas ameaças tornam-se questões sensíveis e incómodas para os governos mas a sua inclusão na agenda política e institucionalmente no próprio sistema político (a entrada

---

<sup>27</sup> Os *input's* que dão entrada no sistema político sob as mais variadas formas – opinião pública e eleições, grupos de interesse, meios de comunicação social – pressionam o sistema e forçam à introdução na agenda destes novos e reconhecidos problemas. A resposta que o sistema político dá sob a forma de *output's* do sistema vai esforçar-se por se adaptar às novas realidades através de políticas e regulamentação.

de partidos ambientalistas, criação de ministérios exclusivamente dedicados aos assuntos ambientais ou ainda o alargamento da concertação social a novos actores), só se dá à medida que os riscos ganham alguma visibilidade, desafortunadamente, *ex post facto*. É neste sentido que os riscos preparam a redistribuição de poder e autoridade, com o alargamento a novos actores e a uma nova escala de reivindicação.

A globalização económica poderá eventualmente representar efeitos duvidosos, todavia, com ela (e com os avanços tecnológicos) observa-se um aumento da circulação da informação, enquanto cada vez mais gente tem possibilidade em lhe aceder. Paradoxalmente surgem formas alternativas e reivindicativas de participação como reflexo – reacção – da própria utilização que os homens e sociedades fazem de ferramentas como a tecno-ciência.

De modo semelhante, parece ser a acção reflexiva e sub-consciente dos homens, a mesma que os resgata das trevas da unidimensionalidade marcusinana e do pensamento acrítico. Apesar de todas as forças integradoras e amordaçantes da criatividade, parece enfim, que as sociedades se definem igualmente por esta capacidade «natural» de auto-regeneração e adaptação, convergindo novamente com a natureza e à semelhança dos primeiros hominídeos, movidos por uma questão aparentemente tão simples como a sobrevivência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BECK, Ulrich (1986: 2002): *Risk Society: Towards a New Modernity*, 3ª ed., London, Sage Publications.
- BECK, Ulrich (1988: 2002): “The Reinvention of Politics: towards a theory of reflexive modernization” in Ulrich Beck, Anthony Giddens e Scott Lash, *Reflexive Modernization*, Cambridge, Polity Press, Cap. 1.
- CASTORIADIS, Cornelius (1998): *A Ascensão da Insignificância*, Lisboa, Bizâncio.
- CUNHA, Silvério Rocha (2000): “Poder e Estado de Direito na Era do Conformismo Globalizado”, *Economia e Sociologia* 70: 137-169.
- DOMENACH, Jean-Marie (1995): *Abordagem à Modernidade*, Lisboa, Instituto Piaget.
- FOUCAULT, Michel (1992): *Microfísica del Poder*, 3ª ed., Madrid, La Piqueta.
- HABERMAS, Jürgen (1985: 2000): *O Discurso Filosófico da Modernidade*, 3ª ed., Lisboa, Dom Quixote.
- HABERMAS, Jürgen (1968: 1997): *Técnica e Ciência como “Ideologia”*, Lisboa, Edições 70.
- INGLEHART, Ronald (1997): *Modernization and Postmodernization. Cultural, Economic and Political Change in 43 Societies*, Princeton, Princeton University Press
- MANIN, Bernard (1995) : *Métamorphoses du Gouvernement Représentatif, in Principes du Gouvernement Représentatif*, Calmann-Levy, Paris, cap. IV
- MARCUSE, Herbert (1955: 1975): *Eros e Civilização: uma introdução filosófica do pensamento de Freud*, 6ª ed., Rio de Janeiro, Zahar.
- MARCUSE, Herbert (1964: 1979): *A Ideologia da Sociedade Industrial: o Homem Unidimensional*, 5ª ed., Rio de Janeiro, Zahar.
- O’NEILL, Robert (1968): “Les Arguments d’Herbert Marcuse Contre la Société Occidentale Moderne”, *Le Nouveau Planète*, nº. 1.
- SANTOS, Boaventura (2000): *A Crítica da Razão Indolente*, Porto, Afrontamento, Vol. I.
- WATTENBERG, Martin (2002) : *Where Have All the Voters Gone?* Cambridge, Harvard University Press, Caps. 1, 3, 4 e 5.